



Código Florestal ganha urgência e vai a Plenário na terça-feira



Jorge Viana, Humberto Costa, Renan Calheiros e Romero Jucá não conseguiram convencer PSOL a votar o texto ontem

Plenário aprovou ontem pedido de urgência para o projeto; ideia do governo era fazer votação final do Código Florestal ontem mesmo, mas tentativa foi frustrada pelo PSOL, que rejeitou acordo de líderes

Com status de urgente aprovado ontem, o projeto do novo Código Florestal deverá ser votado em Plenário na próxima terça-feira, segundo o líder do governo, Romero Jucá, que não conseguiu acordo com o PSOL para votar ainda ontem. O texto foi elogiado por senadores

do DEM, PDT, PMDB, PR, PSB, PSD e PT. Os relatores, Luiz Henrique e Jorge Viana, consideram que o novo código atende a toda a população. Para Marinor Brito, do PSOL, no entanto, a projeto permitirá a oficialização dos crimes ambientais e o desmatamento em larga escala. **3**

Recursos garantem autonomia de defensorias **4**

Diploma para jornalistas passa em 1º turno **6**

Senadores fecham acordo para votar DRU e Emenda 29

A Desvinculação de Receitas da União é defendida pelo governo. A Emenda 29 define mais recursos para a saúde e é cobrada pela oposição. **5**



Oposicionistas Cássio, Aécio e Demóstenes: acordo sobre calendário de votações vem depois de muita discussão



André de Melo (E) tem o nome aprovado pela CAS, presidida por Jayme Campos, a partir de parecer de Paulo Davim

Indicação de diretor da ANS segue para votação final

Comissão de Assuntos Sociais aprovou indicação para Diretoria de Gestão da Agência Nacional de Saúde Suplementar. **7**

Nova ministra para STF será sabatinada terça-feira **4**

CDH vota dia 8 projeto que combate homofobia **8**

Reforma administrativa pode ser feita neste ano **6**

Copa terá pontapé inicial com inovação científica **8**

Miguel Nicolelis, Cyro Miranda e Arquimedes Ciloni: vestimenta robótica permitirá que crianças paraplégicas deem início à Copa do Mundo de 2014



José Luiz/Senado Federal

Representante do Ministério da Cultura reuniu-se com José Sarney para explicar o Plano Brasil Criativo, que pretende abrir linhas de crédito especiais para empreendedores

Plano quer estimular economia criativa

A SECRETÁRIA DA Economia Criativa do Ministério da Cultura, Cláudia Leitão, apresentou ontem ao presidente do Senado, José Sarney, o Plano Brasil Criativo, que deverá ser lançado no próximo ano e pretende traçar políticas, diretrizes e ações até 2014.

Conforme Cláudia explicou, o plano dialogará com outras áreas e vai apoiar, sobretudo, o micro e o pequeno empreendedor criativo por meio de linhas de crédito especiais, fomento aos setores criativos e institucionalização de marcos legais que facilitem a produção, fruição e distribuição de bens criativos.

— Vim apresentar o Plano Brasil Criativo a Sarney no sentido de obter apoio do Congresso principalmente para o desafio dos marcos legais. Vamos ter que avançar com uma

nova legislação trabalhista, uma nova legislação tributária, com desoneração fiscal, um novo marco para a internet — afirmou a secretária.

Segundo Cláudia, economia criativa corresponde àqueles setores cujas atividades produtivas têm como processo principal ato criativo gerador de valor simbólico, elemento central da formação do preço, e que resulta em produção de riqueza cultural e econômica. Como exemplos, ela citou atividades como música, dança, design, moda, produção de softwares, entre outros. O setor, como informou a representante do Ministério da Cultura, movimenta recursos vultosos no mundo, mas engatinha no Brasil.

— A criatividade brasileira está hoje presente de forma subterrânea no país. Muitos



Cláudia Leitão afirma a Sarney que a economia criativa movimenta recursos vultosos no mundo, mas engatinha no Brasil

dos profissionais criativos que trabalham na música, na produção cultural, no artesanato não têm sequer CNPJ porque não há uma política pública para formalização desses setores. Precisamos fomentar a produção, circulação e consumo desse mercado tanto internamente quanto para o mercado externo — disse.

Sarney apoia centro de cultura negra

O presidente do Senado, José Sarney, prometeu apoio à construção, em Brasília, de centro de valorização e preservação das tradições afro-brasileiras. A proposta de criação do espaço, que será batizado de Centro Nacional da Cultura Negra, por sugestão do próprio Sarney, foi apresentada ontem pelo presidente da Fundação Cultural Palmares, Eloi Ferreira de Araujo.

Segundo Araujo, trata-se de reivindicação antiga da comunidade negra do país e será um marco para a construção das políticas públicas contra a discriminação e pela luta em prol da igualdade racial.

— Contem comigo totalmente — disse Sarney.

De acordo com o dirigente, a Fundação Palmares já tem terreno em Brasília, cedido em 1998 pelo então governador do Distrito Federal, senador Cristovam Buarque (PDT-DF). Ele explicou que o projeto básico do novo centro já está pronto, mas falta a alocação de recursos para a construção.

Araujo afirmou que parlamentares favoráveis ao projeto têm manifestado a intenção de destinar emendas do Orçamento à construção do local. Ele calcula que sejam necessários cerca de R\$ 50 milhões para tirar o centro do papel.

— A manifestação simpática de Sarney é um anseio que vem desde a criação da Fundação Palmares. Será o primeiro equipamento do estado brasileiro com o propósito de preservar a memória e as manifestações da cultura afro-brasileira — disse Eloi.

A expectativa, segundo o presidente da Fundação Palmares, é de que o espaço esteja pronto até a Copa de 2014.

— Será mais um equipamento de atração turística e de valorização do ambiente que o Brasil estará experimentando por conta da Copa — disse.

Criada em 1988, a Fundação Cultural Palmares é uma instituição pública vinculada ao Ministério da Cultura e tem a finalidade de promover e preservar a cultura afro-brasileira. Preocupada com a igualdade racial e com a valorização das manifestações de matriz africana, formula e implanta políticas públicas que potencializam a participação da população negra brasileira no desenvolvimento.

A fundação foi o primeiro órgão federal criado para promover a preservação, a proteção e a disseminação da cultura negra.



Presidente da Fundação Cultural Palmares, Eloi de Araujo apresentou a ideia

Missa celebra 48º aniversário da Gráfica do Senado

Cerca de 300 funcionários do Senado compareceram, na manhã de ontem, à missa celebrada na Secretaria Especial de Editoração e Publicações (Seep) em comemoração ao 48º aniversário do órgão. A celebração religiosa ocorreu nas dependências do parque gráfico da Casa e contou com a

participação de representantes da Paróquia Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, de Brasília.

Compareceram a secretária-geral da Mesa, Claudia Lyra, a diretora da Secretaria de Relações Públicas, Andréa Valente, além do diretor executivo da secretaria, também conhecida como Gráfica do

Senado, Florian Madruga. Às 14h, houve culto em ação de graças no mesmo local.

A Gráfica foi criada em 14 de agosto de 1963 e é responsável pelas publicações oficiais do Senado e da Câmara dos Deputados, além de prestar serviços, por meio de convênios, a outros órgãos federais.

Adiamento

Por razões técnicas, os pronunciamentos de senadores realizados em Plenário após as 19h30 serão publicados na edição de amanhã do **Jornal do Senado**.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário Diploma para jornalistas

14h A Proposta de Emenda à Constituição 33/09, que restabelece a exigência de diploma para o exercício da profissão de jornalista, consta da pauta da sessão deliberativa.

Presidência Ordem do dia

12h O senador José Sarney recebe o ex-presidente da Câmara dos Deputados da Venezuela Ramón Guillermo Aveledo e, às 16h, preside a ordem do dia da sessão plenária.

CCT Programa espacial

9h Audiência pública para debater a Política Nacional de Desenvolvimento das Atividades Espaciais e também o Programa do Satélite Geostacionário Brasileiro, novas licitações de posições orbitais e atendimento às regiões Norte e Nordeste do país. Os senadores da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática ouvem o presidente da Agência Espacial Brasileira, Marco Antonio Raupp, entre outros convidados.

CI Descobertas em perfuração de petróleo

9h A Comissão de Serviços de Infraestrutura analisa substitutivo ao projeto que obriga a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis a informar a Agência Nacional de Águas toda descoberta de aquíferos de água doce durante a perfuração de poços de petróleo.

CRA Produção de leite

9h30 A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária reúne-se para deliberar sobre projetos como o que determina a obrigatoriedade de empresas de laticínios informarem ao produtor de leite o valor pago pelo produto até o dia 25 de cada mês, proíbe a diferenciação de preços entre produtores e a prática de cotas de excedente entre os períodos das águas.

CRE Indicações para embaixadas

10h Em exame na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, entre outros itens, indicações do Executivo para embaixadas brasileiras nas Ilhas Fiji, Malásia, Togo e Guiné-Bissau.

Congresso Projetos

12h Sessão conjunta do Congresso Nacional, no plenário da Câmara dos Deputados, destinada à apreciação de projetos.

SESSÕES ON-LINE: Confira a íntegra das sessões

Plenário: www.senado.gov.br/atividade/plenario/sessao

Comissões: www.senado.gov.br/atividade/comissoes/sessao

TV Senado

A TV Senado transmite às 10h, segundo prioridade estabelecida pelo Regimento Interno e pelo Ato 21/09 da Comissão Diretora, reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE). As reuniões realizadas pelas comissões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.gov.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Lídice destaca empreendimento em Camaçari



Lídice da Mata

Lídice da Mata (PSB-BA) falou ontem no Plenário da inauguração de fábrica de geradores de energia eólica, da francesa Alstom, no complexo industrial de Camaçari, a segunda do gênero na Bahia.

Lídice mencionou o bom momento da economia baiana, citando o lançamento da pedra fundamental do Complexo Acrílico da Basf e da segunda etapa do programa habitacional Minha Casa, Minha Vida.

A senadora também falou do lançamento da campanha do governo federal de prevenção à Aids. Segundo ela, neste ano o alerta se concentra nos jovens homossexuais e na discriminação que sofrem.

— O Ministério da Saúde considera o preconceito uma barreira que precisa ser vencida, para um efetivo trabalho de prevenção da doença entre os jovens homossexuais e para a qualidade de vida de quem é portador do vírus HIV — afirmou a senadora.

Vanessa irá a debate ambiental na África do Sul



Vanessa Grazziotin

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) pediu a renovação do Protocolo de Kyoto como forma de “evitar um vazio” na defesa do meio ambiente. O acordo internacional, que estipula metas para a redução na emissão dos gases do efeito estufa, expira em 2012.

Além da prorrogação, disse ela, outro desafio é fazer com que grandes países poluidores, como os EUA, façam a adesão ao protocolo, assinado em 1997 por 183 países.

Mesmo sem ter obrigação de reduzir suas emissões, disse Vanessa, o Brasil diminuiu o desmatamento da Amazônia. O desmatamento emite gases do efeito estufa.

A prorrogação de Kyoto está sendo debatida na Conferência das Partes (COP 17), em Durban, na África do Sul. Neste sábado, Vanessa e outros parlamentares brasileiros participarão, na Cidade do Cabo, também na África do Sul, de um fórum de legisladores de 25 países para apresentar a posição do grupo sobre o assunto.

Segunda tentativa de acelerar votação final foi aprovada ontem pelo Plenário; PSOL impediu que projeto fosse votado ontem mesmo

Código Florestal ganha urgência, e votação é marcada para terça

O PLENÁRIO APROVOU ontem o requerimento de urgência para votação do novo Código Florestal. Assim, o projeto já poderia ser votado no Plenário amanhã. No entanto, um acordo de líderes marcou a votação para a terça-feira. Se a urgência não tivesse sido aprovada, o projeto levaria muito mais tempo para ser votado no Plenário.

O requerimento de urgência foi lido na hora do expediente de ontem. A leitura havia sido feita na véspera, mas o PSOL exigiu o cumprimento do Regimento Interno do Senado — a leitura fora feita no período da ordem do dia, desrespeitando o regimento.

O pedido de urgência foi votado simbolicamente, mas o senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) pediu votação nominal. Chegou-se ao seguinte resultado: 58 votos favoráveis e 6 contrários.

Para Randolfe, a urgência é absurda e tem como razão possibilitar a sanção do novo Código Florestal antes da conferência internacional de meio ambiente Rio+20, a ser realizada em 2012.

Ao defender o requerimento de urgência, do qual é um dos autores, o senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) — presidente da Comissão de Meio Ambiente (CMA) — afirmou

que a matéria está pronta para ser votada.

— Construimos um ambiente de diálogo, de serenidade e de ponderação. Acima de tudo, construimos um Código Florestal equilibrado.

Na votação, vários senadores se manifestaram. Kátia Abreu (PSD-TO) afirmou que o Brasil, ao contrário do que argumentara Randolfe, tem muito a mostrar na Rio+20, como a redução do desmatamento e a diminuição das emissões de gases do efeito estufa.

Blairo Maggi (PR-MT) afirmou que o novo Código Florestal significa a “libertação do setor produtivo brasileiro”. Segundo ele, o código “vai dar ao Brasil a possibilidade de ser o maior produtor do mundo e de dar o exemplo na área de conservação”.

“Excepcional”

Para Jayme Campos (DEM-MT), é “um dos projetos mais importantes que o Congresso Nacional discutiu nos últimos anos”, porque vai dar segurança jurídica ao campo.

Acir Gurgacz (PDT-RO) elogiou o “trabalho excepcional” dos relatores, Luiz Henrique (PMDB-SC) e Jorge Viana (PT-AC), que elaboraram um texto que “atende a toda a população”.

Luiz Henrique afirmou ser

preciso restabelecer, no Plenário, o clima de cordialidade, de sensatez, de equilíbrio e, principalmente, “de construção de uma lei definidora do futuro do país”, que foi conquistado na discussão da proposta nas comissões.

Ivo Cassol (PP-RO), por sua vez, afirmou que o código consegue o equilíbrio entre preservação e produção. Sérgio Souza (PMDB-PR) disse que a nova legislação ambiental vai servir de “parâmetro para o resto do planeta”.

Para Valdir Raupp (PMDB-RO), a “vitória esmagadora” na votação do requerimento deve ser considerada, uma vez que o Congresso é a representação do povo brasileiro.

Crítica do projeto, Marinor Brito (PSOL-PA) afirmou que a população não pode “aceitar a oficialização dos crimes ambientais” nem o desmatamento em grande escala, que para ela estão no texto.

O líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR), não conseguiu convencer o PSOL, da oposição, a participar de acordo de líderes que permitiria que a votação do projeto em Plenário fosse realizada ontem mesmo.

A data escolhida foi a terça porque, de acordo com Jucá, será o dia em que haverá quórum suficiente para a votação.

PSOL rechaça acordo para acelerar votação

O senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) disse ontem que seu partido não concordará com eventual acordo de líderes partidários para agilizar a tramitação do novo Código Florestal sem o cumprimento dos prazos mínimos exigidos pelo Regimento Interno do Senado.

O anúncio de Randolfe foi feito em resposta ao relator do projeto do Código Florestal na Comissão de Meio Ambiente (CMA), senador Jorge Viana (PT-AC). Segundo o relator, uma decisão dos líderes pode prevalecer sobre o dispositivo regimental que impede o Plenário de aprovar um requerimento de urgência e votar o respectivo projeto na mesma sessão.

— Essa manobra requer unanimidade dos líderes, e a senadora Marinor Brito [líder do PSOL] não concorda. Se quiserem aprovar esse novo Código, que aprovem. Mas, pelo menos, a tramitação deve ser legal — afirmou.

Rio+20

Randolfe Rodrigues disse discordar do atual texto que está sob a análise do Senado. De acordo com ele, é ruim tanto para o presente quanto para as gerações futuras.

— Estão querendo aprovar o projeto logo para evitar o constrangimento de votá-lo no ano que vem, quando acontece a Rio+20, a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável — concluiu Randolfe Rodrigues.



José Sarney preside sessão na tarde em que os senadores deram urgência à tramitação do projeto do Código Florestal

Para Blairo, nova lei conservará riquezas nacionais

O senador Blairo Maggi (PR-MT) defendeu ontem a aprovação do novo Código Florestal, considerado por ele o projeto mais importante da pauta do Congresso neste ano.

Blairo afirmou que o Código Florestal é fruto de um grande entendimento e equilibra produção e preservação.

— O que sairá da votação no Senado não é para os ambientalistas ganharem, não é para os produtores ou a agricultura ou as florestas

ganharem. Quem ganha é o Brasil porque nós teremos paz e tranquilidade para produzir.

Blairo Maggi lembrou o afincado e a dedicação de todos que trabalharam pelo projeto nas comissões. De acordo com ele, as comissões deram oportunidade para que ambientalistas, produtores e cientistas pudessem expor seus pontos de vista.

Segundo o senador, o Código Florestal diz respeito a grande parte da economia

brasileira e tem o mérito de estabelecer regras claras para a produção agropecuária, sem necessidade de se recorrer à Justiça ou ao Ministério Público.

— Na terça-feira [data da votação], nós teremos aqui um grande dia. Espero que seja o grande dia da fraternização brasileira pela produção sustentada, pelo agronegócio, pela agricultura familiar e pela conservação das nossas riquezas.



Blairo Maggi diz que vitória não é de ambientalista nem de produtor rural

Projeto de José Pimentel assegura recursos para que as defensorias públicas estaduais possam exercer sua autonomia, prevista na Constituição. Matéria foi elogiada por beneficiar os mais pobres

Senado aprova recursos para defensorias públicas

O PLENÁRIO DO Senado aprovou, na terça-feira, projeto de lei que dá efetividade à autonomia administrativa e funcional das defensorias públicas estaduais, prevista na Constituição. A proposta (PLS 225/11 — Complementar) modifica a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), que estabelece normas para a administração das finanças públicas.

De acordo com o texto, será redefinida a repartição dos limites para a despesa com pessoal na esfera estadual, reduzindo-se o percentual do Poder Executivo de 49% para 47% e fixando-se o teto de 2% para as defensorias públicas dos estados.

O projeto estabelece ainda que o acréscimo

financeiro ao orçamento das defensorias públicas parta de patamares diferentes, segundo a realidade de cada estado, iniciando em 0,5% da receita corrente líquida, para vigorar no ano seguinte ao da publicação da lei, complementando a diferença em, no mínimo, um

quinto por ano, sucessivamente, até completar 2%.

A autonomia das defensorias públicas estaduais está prevista no parágrafo 2º do artigo 134 da Constituição, com a redação determinada pela Emenda 45/04 (Reforma do Judiciário).



Autor da proposta, Pimentel (E) conversa com Demóstenes: aprovação tranquila

Projeto beneficia mais pobres, diz Pimentel

Ao encaminhar a votação sobre as defensorias, o autor do projeto, senador José Pimentel (PT-CE), agradeceu o apoio recebido dos colegas “em defesa da população mais pobre do Brasil, que precisa de Justiça gratuita”.

— Tenho clareza de que o Estado, quando é para fazer a acusação de um cidadão, oferece todos os meios. E agora, com a construção e estruturação de nossa defensoria

pública, também estamos assegurando ao Estado a sua obrigação de fazer a defesa dos mais pobres — disse.

Para Marinor Brito (PSOL-PA), a efetivação da autonomia financeira das defensorias vai resolver o “problema sério” que ocorre em seu estado, da dependência da instituição em relação ao Executivo.

Wellington Dias (PT-PI) ressaltou a capacidade de diálogo de José Pimentel, ao elaborar

um texto que dá condições de implementação da autonomia sem causar problemas às finanças dos estados.

Vários outros parlamentares se pronunciaram a favor da aprovação da matéria, todos destacando sua importância na melhoria do acesso à Justiça pelos mais pobres.

O projeto, aprovado por 57 votos contra 4, segue agora para apreciação da Câmara dos Deputados.

Desvio de merenda pode levar gestor à prisão

O gestor que não aplicar ou desviar recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) poderá ficar preso por até quatro anos, além de pagar multa. É o que prevê projeto (PLS 410/11) de Eduardo Amorim (PSC-SE), aprovado pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS) e enviado à CCJ para decisão terminativa.

O projeto altera o Código

Penal para tipificar como crime contra a segurança alimentar a não aplicação ou o desvio dos recursos do Pnae repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) às escolas públicas.

Amorim ressalta que o Estado tem dever constitucional de suprir as necessidades alimentares dos estudantes por meio de programa suplementar.

E os alunos têm o direito de receber a merenda ao longo da educação básica. A responsabilização das autoridades visa ao êxito do programa, explica.

Já o relator, Benedito de Lira (PP-AL), frisou que a maior parte dos quase 50 milhões de crianças e adolescentes matriculados nas escolas estaduais e municipais tem na merenda escolar importante suplemento alimentar.



Eunício Oliveira (E), presidente da CCJ, e Agripino Maia na leitura do parecer

Sabatina de Rosa Weber para o STF será na terça-feira

Romero Jucá (PMDB-RR) apresentou à Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) o relatório sobre a indicação de Rosa Maria Weber para o cargo de ministra do Supremo Tribunal Federal (STF). Rosa Weber, atualmente, é ministra do Tribunal Superior do Trabalho (TST).

A sabatina será realizada na terça-feira. A informação foi confirmada pelo presidente da CCJ, Eunício Oliveira (PMDB-CE). Após a sabatina, os senadores votarão a indicação, com envio do parecer a Plenário, para decisão final.

A presidente Dilma Rousseff indicou Rosa Weber para a vaga deixada pela ministra Ellen Gracie, que se aposentou

em agosto passado. Juíza do trabalho há 35 anos, Rosa Weber é reconhecida como defensora dos direitos sociais e das minorias, nasceu em Porto Alegre (RS) e tomou posse no TST em 2006.

Pedro Simon (PMDB-RS) voltou a mencionar comentários sobre suposta manobra para impedir a posse da indicada neste ano, com prejuízo para a decisão do STF sobre a aplicação da Lei da Ficha Limpa. Para ele, a votação já poderia ter ocorrido há 15 dias. Eunício reagiu dizendo que não há no caso qualquer “correlação com o que o Supremo faz ou deixa de fazer” e que o Regimento vem sendo rigorosamente cumprido.

CCJ examina criação do Sinase semana que vem

A votação do projeto de lei da Câmara (PLC 134/09) que institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase) foi adiada novamente pela CCJ. A proposta estabelece medidas socioeducativas para a ressocialização de adolescentes em conflito com a lei.

O adiamento foi solicitado por Demóstenes Torres (DEM-GO) após entendimento com o relator, Armando Monteiro (PTB-PE). A votação deverá ser feita na próxima quarta-feira. Ricardo Ferraço (PMDB-ES) propôs o aprofundamento da análise sobre o Sinase, mas sua sugestão foi rejeitada pelo presidente da CCJ, Eunício Oliveira (PMDB-CE), pelo relator e por Ana Rita (PT-ES).

Execução trabalhista em debate na CAS

A atualização do processo de execução trabalhista, prevista em projeto (PLS 606/11) de Romero Jucá (PMDB-RR), será tema de audiência pública na Comissão de Assuntos Sociais (CAS). O debate foi solicitado pela relatora, Ana Amélia (PP-RS).

Serão convidados à CAS, entre outros, os presidentes do Tribunal Superior do Trabalho, João Oreste Dalazen; da Confederação Nacional da Indústria, Robson de Andrade; da Confederação Nacional do Comércio, Antonio José de Oliveira Santos; e da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Ophir Cavalcante.

Mário Couto critica cortes na segurança



Mário Couto

Mário Couto (PSDB-PA) criticou o fato de o Orçamento da União para 2012 ter menos recursos destinados à segurança pública, em comparação com o ano anterior.

— O Brasil inteiro clama por segurança, e a presidenta Dilma tem a coragem de cortar verba. Contra todos os brasileiros, retira do Orçamento mais de 1 bilhão de reais para combater o crime nas ruas do país — criticou.

Couto também criticou Dilma por não demitir o ministro do Trabalho, Carlos Lupi, e por apoiar o presidente da Confederação Brasileira de Futebol (CBF), Ricardo Teixeira.

Mozarildo recorrerá de decisão do TSE



Mozarildo Cavalcanti

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) lamentou que o Tribunal Superior Eleitoral tenha arquivado “o primeiro dos processos” pedindo a cassação de José de Anchieta Júnior.

— Não houve absolvição do governador — enfatizou, explicando que os juízes apontaram falha processual.

O senador disse ainda que a Assembleia Legislativa de Roraima informou que seu ex-presidente e atual presidente do Parlamento Amazônico, deputado Mecias de Jesus, vem recebendo ameaças de morte por não mais apoiar o governador.

Ferraço alerta Dilma sobre o ICMS zero



Ricardo Ferraço (PMDB-ES) leu em Plenário carta em que pede à presidente Dilma Rousseff

atenção para o Projeto de Resolução 72/10, que reduz as alíquotas de ICMS nas operações interestaduais com produtos importados. Ferraço, que relata o projeto na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), argumentou que a competição fiscal entre estados é saudável na busca de maior equilíbrio econômico. Armando Monteiro (PTB-PE), em aparte, concordou com Ferraço.

Valadares elogia novas regras de transferência

Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) comemorou decreto presidencial e portaria interministerial com novas normas para a União transferir recursos a estados e municípios em convênios para obras que não ultrapassem R\$ 750 mil.

Ele disse que a decisão favorece bastante os municípios brasileiros, uma vez que “os recursos eram transferidos a conta-gotas”.

O senador informou que os recursos federais serão entregues em três parcelas: 50% na assinatura do convênio, desde que o município comprove estar em dia com a Previdência Social e as prestações de contas; 30% após a medição da obra; e uma parcela final de 20%.

Wellington Dias: mais controle de investimentos

Wellington Dias (PT-PI) também elogiou o governo pelas novas regras para contratos entre a União com estados e municípios.

— Essa medida elimina um gargalo operacional e reduz a burocracia — comemorou o senador.

Para Wellington, a medida desburocratiza a transferência de recursos da União para estados e municípios e aumenta o controle e transparência dos investimentos públicos em obras e equipamentos.

O parlamentar afirmou que a divisão da transferência em três parcelas vai ajudar a garantir que as obras não fiquem paradas por falta de pagamento.

Senadores definiram calendário para votar a Desvinculação de Receitas da União, interesse do governo, e a regulamentação da Emenda 29, que define mais recursos para a saúde e é cobrada pela oposição

Sai acordo para votação da DRU e verbas para a saúde

DEPOIS DE LONGA discussão entre senadores da base do governo e da oposição, os líderes partidários chegaram ontem a acordo sobre o calendário para votar a prorrogação da Desvinculação de Receitas da União (DRU) e a regulamentação da Emenda 29, que define percentuais mínimos de investimento na saúde pela União, estados e municípios. O exame das duas matérias vinha dividindo o Senado, já que ao governo interessa a rápida aprovação da DRU, enquanto a oposição pressiona pela urgência da Emenda 29.

Com o acordo, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 114/11, que prorroga a DRU até 2015, começará a ser discutida amanhã, tendo seus prazos regimentais quebrados

para ganhar tramitação mais rápida. O substitutivo da Câmara ao PLS 121/07, que regulamenta a Emenda 29, continuará em regime de urgência.

Assim, a prorrogação da DRU poderá ser votada em primeiro turno no Plenário do Senado na próxima quinta-feira. Antes, na terça-feira, a oposição vai cobrar o posicionamento definitivo da base governista sobre a possibilidade de votação da regulamentação da Emenda 29 ainda em 2011.

Relator do projeto sobre a Emenda 29, o líder do PT, Humberto Costa (PE), já havia adiantado, na terça-feira, que pretende modificar o substitutivo da Câmara ao PLS 121/07.

Ele explicou que deverá retirar do projeto emenda que exclui os recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) da base de cálculo para definição do percentual mínimo para a área de saúde.

O senador informou também que deverá convidar o ministro da Saúde, Alexandre Padilha, para vir ao Senado debater o assunto.

A queda de braço entre governo e oposição a respeito da regulamentação da Emenda 29 vai continuar nos próximos dias. A oposição ainda acredita na aprovação da matéria em 2011, mas os governistas tentam adiá-la o máximo possível.



Discursos inflamados em Plenário antecederam ontem o entendimento sobre o calendário de votações

Humberto: país obtém reconhecimento internacional

O líder do PT, Humberto Costa (PE), assinou o protagonismo internacional do país e da presidente Dilma Rousseff evidenciado por reportagens nas edições desta semana de duas importantes publicações norte-americanas.

A *New Yorker* deu à presidente perfil de 14 páginas, na qual Dilma é descrita como “a ungida”. Já a *Foreign Policy* classifica Dilma na 42ª posição entre “os cem pensadores mais influentes do mundo”.

— No texto, o jornalista descreve o Brasil como uma nação “caoticamente democrática”, demonstrando um grau de surpresa com os acertos da condução da política econômica brasileira.

Pinheiro questiona relatório da OCDE sobre crescimento

Walter Pinheiro (PT-BA) disse que a estimativa da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) sobre a economia brasileira em 2012 está aquém da expectativa do governo, que, acentuou, não tem medido esforços para evitar o contágio pela crise internacional.

Relatório da OCDE prevê que o Brasil cresça cerca de 3,4% em 2011 e 3,2% em 2012. Já a projeção do governo, ressaltou o senador, é de 3,2% para 2011, mas de 4% para 2012.



Luiz Alves/Senado Federal

Amorim: saúde não tem política de pessoal

Eduardo Amorim (PSC-SE) defendeu a regulamentação da Emenda 29 e a definição urgente de uma política de recursos humanos para o setor.

— Sem profissionais da saúde bem capacitados, com uma carga horária de trabalho adequada e uma remuneração digna, não existe um sistema de saúde que funcione.

Amorim também manifestou apoio à luta de enfermeiros pela jornada de 30 horas semanais.



Ano Volpe/Senado Federal

Casildo cobra ao Denatran ações de prevenção

Casildo Maldaner (PMDB-SC) disse que o Departamento Nacional de Trânsito (Denatran) não vem cumprindo a lei no que se refere à aplicação de parte dos recursos do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de Via Terrestre (DPVAT) em ações de educação no trânsito. O percentual que vem sendo usado em ações de prevenção é inferior ao recebido para esse fim pelo órgão.

— Estamos questionando o próprio Denatran para saber por que não anda essa campanha — informou.

Metrô vai mexer com Fortaleza, diz Inácio

Inácio Arruda (PCdoB-CE) registrou o investimento de R\$ 3,34 bilhões na linha leste do metrô de Fortaleza, com 12,5 quilômetros. A obra é um esforço do governo cearense e do governo federal, sendo que R\$ 2,4 bilhões vêm do Programa de Aceleração do Crescimento na modalidade mobilidade urbana.

— Esse é um investimento que mexe com a cidade de Fortaleza inteira — disse o senador, destacando que a maioria da população da capital mora na Zona Oeste, mas trabalha na Zona Leste.



Pedro Franco/Senado Federal



Jonas Pereira/Senado Federal

Prefeitos de várias regiões do país e representantes da Confederação Nacional de Municípios (CNM) foram recebidos ontem pelo presidente do Senado, José Sarney. Eles querem votação rápida do PL 2.565/11, em tramitação na Câmara, que altera o formato para divisão dos royalties do petróleo. O presidente da Frente Parlamentar Municipalista, deputado Júlio César (PSD-PI), e o primeiro-secretário da CNM, Jair Souto, expressaram otimismo depois do encontro. Para César, Sarney é “sensível às causas municipalistas”.

Proposta recebeu 65 votos a favor e 7 contrários, mas ainda passará por nova votação no Plenário antes de seguir para a Câmara. Colaborador sem diploma poderá atuar, sem vínculo empregatício

Diploma para jornalistas é aprovado em 1º turno

A EXIGÊNCIA DO diploma de curso de nível superior em jornalismo para exercício da profissão foi aprovada ontem em primeiro turno no Senado. A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 33/09 recebeu 65 votos a favor e 7 contrários. A matéria segue na ordem do dia do Plenário até que novo acordo entre lideranças partidárias permita a votação em segundo turno.

A PEC 33/09, de iniciativa de Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), prevê para os não graduados a figura do colaborador, sem vínculo empregatício com as empresas jornalísticas, e também a atuação daqueles que conseguiram registro profissional sem diploma antes da edição da lei. A medida tenta neutralizar decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), que, em junho de 2009, revogou a exigência. Os ministros consideraram que o Decreto-Lei 972/69 é incompatível com a Constituição. A exigência do diploma, por esse ponto de vista, seria resquício da ditadura militar, criada para afastar dos meios de comunicação intelectuais, políticos e artistas que se opunham ao regime.



Valadares, com sua proposta, tenta neutralizar decisão recente do STF

Inácio Arruda (PCdoB-CE), relator, argumentou que o projeto resgata a dignidade profissional dos jornalistas. Segundo ele, por se tratar de profissão que desempenha função social, o jornalismo precisa de formação teórica, cultural e técnica adequada, além de amplo conhecimento da realidade.

— A exigência do diploma não criará embaraço para a liberdade de expressão ou do pensamento. Sinceramente, o que cria esse embaraço é o monopólio exercido na mídia

brasileira — disse Inácio.

Fernando Collor (PTB-AL) criticou a proposta, afirmando que ela impede a “total liberdade da expressão”. Segundo ele, os cursos de jornalismo estariam formando “analfabetos funcionais”, profissionais que não conhecem a língua portuguesa nem cumprem as regras básicas do jornalismo, como apurar bem uma notícia.

Para Demóstenes Torres (DEM-GO), será frustrada a expectativa de mudar decisão do STF por meio de emenda constitucional.

— O Supremo, há mais de uma década, vem dizendo que emendas à Constituição também podem ser declaradas inconstitucionais — enfatizou.

A aprovação da PEC 33/09 vem sendo reivindicada por entidades representativas dos jornalistas, que chegaram a entregar abaixo-assinado aos parlamentares. Na Câmara, também tramita matéria (PEC 386/09) de mesmo teor, apresentada pelo deputado Paulo Pimenta (PT-RS). Em campanha, a Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj) classificou a decisão do STF como “obscurantista”.

CAS: anúncio de emprego deve ter nome da empresa

Anúncios de emprego deverão ter, obrigatoriamente, a identificação da empresa contratante. A determinação consta de projeto (PLS 391/03) do senador Paulo Paim (PT-RS) aprovado, em decisão terminativa, pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

A proposta determina que os classificados com oferta de empregos precisam informar, além do número de vagas e do cargo a ser preenchido, o endereço físico ou eletrônico da empresa, a razão social ou o nome fantasia, bem como o responsável pelo anúncio. A opção de informar o endereço eletrônico é resultado de emenda da relatora, Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM).

Ratificado acordo na área de educação com Belize

A cooperação entre Brasil e Belize na área de educação é tema de projeto de decreto legislativo (PDS 239/11) aprovado ontem pelo Senado. O documento ratifica texto de acordo firmado em 2010, em Brasília. Antes conhecido como Honduras Britânicas, o país é localizado na América Central, entre o México e a Guatemala.

Entre os objetivos estabelecidos no acordo, estão o treinamento de professores e pesquisadores, o intercâmbio de informações e o desenvolvimento de programas de mobilidade acadêmica, que permitem a alunos matriculados em uma instituição fazer parte do curso em outra.



Benedito de Lira (D), relator do projeto, conversa com Jayme Campos

Acordo tenta votar este ano a reforma administrativa

O relatório do projeto da reforma administrativa do Senado (PRS 96/09), a cargo de Benedito de Lira (PP-AL), deve ser finalizado até 10 de dezembro e em seguida colocado em votação na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). O prazo foi acertado ontem entre o relator, o presidente da comissão, Eunício Oliveira (PMDB-CE), e o presidente da Casa, José Sarney.

— Se o relatório chegar à comissão num dia, sou capaz de convocar reunião extraordinária para votar — afirmou Eunício, preocupado com o recesso parlamentar, que começa em 23 de dezembro.

Ontem foram discutidos temas como remanejamento de servidores, áreas com carga ou excesso de funcionários, funções gratificadas e mecanismos para evitar desvios de função. Eunício disse que o trabalho tem sido mais difícil em relação a pontos como a segurança da Casa; o funcionamento da Secretaria-Geral da Mesa; a redução de funções gratificadas; e limites à terceirização.

O texto de Ricardo Ferraço, aprovado em junho pela subcomissão temporária e enviado à CCJ, prevê o corte de cerca de 45% no número de funções comissionadas, de 2.072 para 1.129.

Rodrigo Rollemberg destaca Dia do Evangélico

Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) registrou ontem a passagem do Dia do Evangélico, salientando que esse é o grupo religioso que mais cresce no Brasil: segundo números do IBGE



Rodrigo Rollemberg

a população evangélica no país dobrou entre 1990 e 2000.

— Se continuar no mesmo ritmo, segundo estatísticas, a Igreja evangélica no Brasil alcançará 50% da população em 2045 — disse o senador.

Rollemberg saudou o trabalho social das igrejas

evangélicas, que “conseguem desenvolver redes fortes de solidariedade e de amor ao próximo”, principalmente no trabalho de resgate de dependentes de álcool e drogas. Pediu

ainda providências para regularização dos terrenos de templos.

Desde 1995, o Dia do Evangélico é comemorado no Distrito Federal com feriado. Em 2010, o então presidente Lula sancionou lei para celebrar em todo o país, sem, porém, criar novo feriado.

Mesa do Senado Federal

Presidente: José Sarney
1º vice-presidente: Marta Suplicy
2º vice-presidente: Waldemir Moka
1º secretário: Cícero Lucena
2º secretário: João Ribeiro
3º secretário: João Vicente Claudino
4º secretário: Ciro Nogueira
Suplentes* de secretário:
João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Grazziotin

Diretora-geral: Doris Peixoto
Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

Presidência da Sessão

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Marta Suplicy • Lídice da Mata • Walter Pinheiro • Waldemir Moka • José Sarney • Lúcia Vânia • Paulo Paim

* Vago em razão da saída de Gilvam Borges

Secretaria Especial de Comunicação Social

Diretor: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

Agência Senado

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem:
Teresa Cardoso e Milena Galdino
Edição: Moisés Oliveira, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia
Site: www.senado.gov.br/agencia

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333
Editor-chefe: Flávio Faria
Editores: Joseana Paganine, Juliana Steck, Marcio Maturana, Ricardo Westin, Silvío Burle e Suely Bastos
Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves
Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo e Pedro Pincer
Reportagem: Cíntia Sasse
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino
Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal – E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800 61 2211 – Fax: (61) 3303-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar – Brasília, DF
Cep: 70.165 – 920

Impresso em papel reciclado pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações – Seep

Anibal elogia programa de atenção básica à saúde

Anibal Diniz (PT-AC) elogiou ontem o Programa Saúde Mais Perto de Você — acesso e qualidade, cujo objetivo é envolver os gestores de saúde municipais, estaduais e federais para melhoria do atendimento básico. Para obter sucesso, os gestores serão incentivados com aumento de recursos de acordo com os resultados alcançados.

O senador informou que o programa, lançado na terça-feira, em Brasília, com a presença de mais de mil gestores, já tem a adesão de 71% dos municípios do país, com 17.669 equipes de atenção básica.



Cerca de 70% dos municípios já aderiram ao programa, diz Anibal

Com o aumento de recursos, cada equipe poderá receber o chamado componente de qualidade, cujo valor mensal é de R\$ 1.700 por grupo e pode chegar a R\$ 8.500, a depender das avaliações de resultado.

Davim aplaude ministério por buscar melhoria

O Programa Saúde Mais Perto de Você, do governo federal, também foi destacado ontem por Paulo Davim (PV-RN). O senador explicou que os gestores que aderiram à rede receberão 20% a mais dos recursos específicos para o financiamento da atenção básica à saúde e poderão dobrar o incentivo com a qualificação das equipes e dos serviços.

Além disso, informou Davim, os dados sobre a qualidade do atendimento poderão ser acompanhados pela internet, no *site* do Ministério da Saúde.

— O cidadão ou

cidadã que for atendido poderá acompanhar o desempenho da sua unidade básica pelo *site*. Acho louvável essa iniciativa do Ministério da Saúde, até porque sempre defendi a meritocracia no serviço público de saúde.

O senador fez, também, apelo ao governo para que reconsidere a posição contrária à determinação de piso de 10% da receita corrente bruta para a saúde. A definição de percentuais mínimos para investimento na área é objeto do Projeto de Lei do Senado (PLS) 121/07, que regulamenta a chamada Emenda 29.

Suplicy quer política para pessoa com doença rara

Eduardo Suplicy (PT-SP) anunciou apresentação de projeto que institui a Política Nacional de Proteção aos Direitos da Pessoa com Doença Rara — aquela cuja ocorrência seja inferior a 65 casos para cada 100 mil habitantes. Embora afetem poucos indivíduos, as moléstias raras descritas têm número elevado: de 6 mil a 8 mil.

“A etiologia das doenças raras é diversificada: a grande maioria delas — em torno de 80% — é de origem genética, mas doenças degenerativas, autoimunes, infecciosas e oncológicas também podem originá-las. Além de comprometer a qualidade de vida, as doenças raras são responsáveis por um terço das deficiências”,



Portador de doença rara enfrenta grandes dificuldades, diz Suplicy argumenta Suplicy.

O senador ressalta ainda que as pessoas com doenças raras enfrentam dificuldades gigantescas, sendo isoladas socialmente devido à falta de estruturas adequadas ao atendimento de suas necessidades específicas em escolas, universidades, locais de trabalho e de lazer.

Médico foi indicado para a Diretoria de Gestão da Agência Nacional de Saúde Suplementar, na vaga de Hesio Cordeiro. Ele afirmou que sua prioridade será a prevenção de doenças

Indicação de André de Melo à ANS vai a Plenário

A INDICAÇÃO PRESIDENCIAL de André Longo Araújo de Melo para o cargo de diretor da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) foi aprovada por unanimidade pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS) e será submetida ao Plenário em regime de urgência, solicitado por Humberto Costa (PT-PE). André de Melo vai preencher a vaga decorrente do término do mandato de Hesio de Albuquerque Cordeiro na Diretoria de Gestão.

O indicado, informou o relator, senador Paulo Davim (PV-RN), é médico graduado pela Universidade de Pernambuco, com especialização em clínica médica e cardiologia. Atualmente, ocupa o cargo de

conselheiro federal suplente por Pernambuco no Conselho Federal de Medicina.

As prioridades de André de Melo são prevenir as doenças, se sobrepondo aos tratamentos; oferecer melhor atendimento à saúde dos idosos, uma vez que aumentou a expectativa de vida da população; aprimorar os recursos tecnológicos da agência e mudar o foco do consumo de medicamentos para a valorização do médico.

Em resposta a questionamento da senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), André Melo afirmou que, de forma paradoxal, há grande número de reclamações em relação aos planos de saúde,

enquanto estudos mostram o alto nível de satisfação dos usuários, assim como a vontade de aquisição por parte de quem não possui esse serviço.

Já em resposta à senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO), ele disse que o aumento da longevidade tem impactado o custo dos planos de saúde em todo o mundo. Para ele, esse é um tema prioritário a ser examinado pela agência, uma vez que essa parcela da população é mais fragilizada e, na maioria das vezes, tem menor renda. Ele destacou ainda a importância da instituição de políticas de saúde preventiva que resultem em melhor qualidade de vida para os idosos.



André de Melo (E), ao lado do presidente da CAS, Jayme Campos, acompanha apresentação do relatório de Paulo Davim

Wellington defende fim da propaganda de bebida

Wellington Dias (PT-PI) está entre os que defendem a proibição da propaganda de bebidas alcoólicas. Presidente da Subcomissão sobre Dependentes Químicos de Álcool, Crack e Outros, ele alerta para o avanço do *crack* no país, mas ressalta que “o álcool representa um problema ainda mais grave”.

— A própria Organização Mundial da Saúde [OMS] destaca o problema do álcool — observou ele após a apresentação do relatório da subcomissão.

Wellington apontou o *lobby* da indústria de bebidas alcoólicas como um dos principais obstáculos a restrições a tais propagandas. Ele citou o caso de projeto que extinguiu as propagandas de bebidas alcoólicas e cigarros, “que acabou sendo derrotado, no que se refere às bebidas, porque o *lobby* contrário funcionou”.



Wellington Dias preside subcomissão sobre álcool e drogas

Álcool e drogas: CAS vota relatório no dia 14

A Subcomissão do Senado sobre Dependentes Químicos de Álcool, Crack e Outros encerra em dezembro seus trabalhos, após realizar 12 audiências públicas. O relatório das atividades, que inclui sugestões para políticas públicas, foi apresentado ontem pela senadora Ana Amélia (PP-RS), relatora da subcomissão, e pode sofrer modificações até 14 de dezembro, quando será votado pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

O documento traz lista de sugestões, dividida em três segmentos: ações sociais, prevenção ao uso de drogas e reinserção social; segurança pública e legislação penal; e saúde pública e tratamento. Há também sugestões recebidas pela internet.

Ana Amélia destacou algumas das propostas, como a que visa reforçar o apoio às comunidades terapêuticas e a que transfere a Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas (Senad) do Ministério da Justiça para a Presidência da República. Sobre essa última proposta, ela disse que o objetivo é “dar *status* e força de ministério à Senad”.

O presidente da subcomissão, senador Wellington Dias, anunciou para a semana que vem reunião conjunta com a Comissão Especial de Políticas Públicas de Combate às Drogas da Câmara dos Deputados, que também apresentou relatório sobre o assunto nesta semana.

No jogo de abertura, crianças paraplégicas entrarão em campo com vestimentas robóticas que lhes permitirão dar os primeiros chutes do torneio, explicou cientista que coordena o projeto

Copa mostrará a ciência brasileira, diz pesquisador

QUANDO OS JOGADORES da Seleção Brasileira de Futebol entrarem em campo em junho de 2014, para abrir a Copa do Mundo no novo estádio de São Paulo, eles caminharão ao lado de um menino e uma menina paraplégicos, que comandarão com suas mentes vestimenta robótica que lhes permitirá andar e dar os primeiros chutes do torneio. O cenário foi detalhado ontem pelo cientista Miguel Nicoletis, em audiência das comissões de Educação, Cultura e Esporte (CE) e de Ciência e Tecnologia (CCT).

— Vamos mostrar o primeiro pontapé da ciência brasileira para toda a Humanidade

— disse Nicoletis, que está desenvolvendo a vestimenta robótica no Campus do Cérebro, em Macaíba (RN), onde crianças beneficiadas pelo programa são cuidadas desde antes do nascimento.

Na audiência, a nova política brasileira de estímulo à inovação foi descrita pelo subsecretário de Coordenação das Unidades de Pesquisa do Ministério de Ciência, Arquimedes Diógenes Ciloni. Entre os objetivos, está contribuir para a erradicação da pobreza e para a inserção internacional soberana do Brasil, além de reduzir a defasagem tecnológica e fomentar a economia verde.

Wellington Dias (PT-PI) Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) e Cyro Miranda (PSDB-GO) questionaram como multiplicar a experiência de Macaíba. Nicoletis defendeu ação integrada de três ministérios: da Educação, da Saúde e da Ciência. Para ele, os institutos federais de educação tecnológica poderiam atender alunos do ensino fundamental.

A proposta recebeu apoio de Walter Pinheiro (PT-BA), relator do projeto do Plano Plurianual 2011–2015, e de José Agripino (DEM-RN), que prometeu apresentar emenda ao Orçamento beneficiando o projeto de Macaíba.



Arquimedes Ciloni fala na audiência conduzida por Cyro Miranda (D, ao lado de Nicoletis)

Luiz Alves/Senado Federal

Ministério do Esporte obtém 24 novos cargos

A polêmica entre opositores e governistas foi intensa, mas não conseguiu impedir a aprovação de projeto de lei da Câmara (PLC 89/10) que cria 24 cargos comissionados no Ministério do Esporte. Depois de passar ontem pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), segue agora para votação em Plenário.

Aécio Neves (PSDB-MG) foi quem puxou as críticas à

matéria, em tramitação no Congresso Nacional desde 2008. Além de considerar um “acinte” o governo federal propor a abertura de novos postos de livre nomeação quando já conta com 24 mil cargos em comissão, ele avaliou como desnecessária a criação de estrutura específica no ministério — a ser tocada pelos futuros comissionados — para tratar do futebol e da

defesa dos direitos do torcedor.

Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), Pedro Taques (PDT-MT), Alvaro Dias (PSDB-PR), Demóstenes Torres (DEM-GO) e Flexa Ribeiro (PSDB-PA) argumentaram contra a aprovação, ao passo que o líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR), pediu voto de confiança ao ministro Aldo Rebelo, que está reestruturando a pasta.

Paulo Paim destina recursos a universidade estadual gaúcha

Paulo Paim (PT-RS) anunciou ontem que destinou R\$ 10 milhões de suas emendas individuais do Orçamento de 2012 à Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (Uergs).

O senador afirmou que a Uergs está presente em sete regiões, com 2.108 alunos e 130 professores, sendo importante polo de desenvolvimento sustentado da região, para qualificação dos jovens e sua inclusão no mercado de trabalho. Além de ser pública e gratuita, a Uergs reserva 50% das vagas aos alunos de baixa renda e outros 10% para os portadores de necessidades especiais, disse Paim.



Luiz Alves/Senado Federal

Ana Amélia aponta distorção em custeio da educação básica

O caso de Dom Pedrito (RS), levado ao ministro da Educação, Fernando Haddad, mostra “como as distorções federativas e a burocracia emperram o desenvolvimento social em nosso país”, ressaltou Ana Amélia (PP-RS). O município respeita o piso para professores da educação básica, gastando 33,45% do Orçamento em educação, quando o exigido é 25%.

A senadora destacou que a cidade está localizada em estado, o Rio Grande do Sul, que não recebe complementação do MEC, de modo que o percentual pago a mais não tem compensação federal.



Luiz Alves/Senado Federal



Magno Malta convoca os senadores contrários ao projeto a “sepultar” de vez a matéria

Luiz Alves/Senado Federal

Comissão vota criminalização da homofobia na próxima quinta

Paulo Paim (PT-RS) anunciou ontem em Plenário que o projeto de lei da Câmara que criminaliza a homofobia será votado na próxima quinta-feira, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH).

A proposta (PLC 122/06) amplia a abrangência da Lei 7.716/89, que trata da discriminação decorrente de raça, religião e origem, para incluir também motivações ligadas a gênero, sexo, orientação sexual e identidade de gênero.

Relatada por Marta Suplicy (PT-SP), a matéria é alvo de discussões, principalmente entre evangélicos e entidades ligadas aos direitos dos homossexuais. Paim explicou que há entendimento para que o projeto seja votado logo, ainda que não haja consenso total quanto ao substitutivo a ser apresentado pela relatora.

— Dialoguei com a senadora Marta Suplicy, com os

senadores Marcelo Crivella [PRB-RJ] e Magno Malta [PR-ES] e, embora com posições divergentes, eles entendem que é o momento de votar o projeto — assinalou o parlamentar, presidente da comissão.

Em pronunciamento, Marta lembrou o aniversário, ontem, do jovem Alexandre Ivo, assassinado aos 14 anos. Ele foi morto em 2009, após ser torturado por pelo menos dois jovens, que aguardam o julgamento em liberdade.

— Alexandre teve a vida ceifada pela homofobia, preconceito e ódio. Foi barbaramente torturado e morto — afirmou a senadora.

Por sua vez, Magno Malta usou a tribuna para convocar os senadores da Frente Parlamentar em Defesa da Família, contrária ao projeto, para “sepultá-lo de vez” na votação da Comissão de Direitos Humanos.



Relatora da proposta, Marta apresentará substitutivo favorável à aprovação

Luiz Alves/Senado Federal

Marta alerta para aumento da incidência da Aids entre jovens

Na véspera do Dia Mundial de Luta contra a Aids, celebrado hoje, Marta Suplicy (PT-SP) fez alerta em Plenário sobre o crescimento do número de jovens infectados pelo vírus da Aids no país. Ela destacou que o Brasil conseguiu avanços significativos nas políticas públicas de combate e tratamento da doença desde o seu surgimento, na década de 1980. Ela cobrou orientações específicas para a parcela mais jovem da população.

Marta questionou se a transformação da doença, de fatal para crônica e controlável, sem campanhas específicas de prevenção, não estaria influenciando o aumento da incidência do vírus entre os jovens.

— A juventude nunca foi submetida a uma campanha como nós fomos há alguns anos atrás. As pessoas não sabem o que é essa doença crônica com tratamento, o que acontece, o sofrimento. É uma doença crônica e parece que passa batido. Pode ser por isso o aumento do número de pessoas, principalmente jovens homossexuais, que estão agora contaminados.

A senadora explicou que a campanha educativa a ser lançada pelo governo nesta semana terá o foco nos jovens gays, de 15 a 24 anos, das classes C, D e E. O Ministério da Saúde estima que a chance de um jovem gay ser infectado pelo HIV é aproximadamente 13 vezes maior do que a dos jovens em geral.